



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-eixo: Ênfase em Formação profissional.

A IMPORTÂNCIA DA SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E AS DEBILIDADES DA MODALIDADE EAD

Francisco Alyson de Lima Silva¹
Neuma Porcino da Silva²

Resumo: O presente artigo busca socializar as experiências da Supervisão Direta em Serviço Social, como também relatar os principais desafios encontrados na supervisão de estudantes da modalidade Ead, fruto das experiências vivenciadas no espaço sócio-ocupacional de atuação profissional, situando assim o Estágio Supervisionado em Serviço Social como parte integrante do processo de formação profissional, e como atribuição privativa do Assistente Social, está prevista no Código de Ética. Tomando como pano de fundo a mercantilização e precarização do ensino superior e conseqüentemente os rebatimentos na formação e no exercício profissional com destaque para o grande avanço dos cursos de serviço social na modalidade de ensino a distância, decorrente da organização produtiva do capital e a colaboração fiel dos governos neoliberais a partir da década de 1990.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado; Formação Profissional; Precarização do Ensino Superior.

Abstrac: This article seeks to socialize the experiences of Direct Supervision in Social Service, as well as to report the main challenges encountered in the supervision of students of the EAD modality, as a result of the experiences lived in the professional occupational social space, thus placing the Supervised Internship in Social Work as an integral part of the vocational training process, and as a private assignment of the Social Worker, is provided for in the Code of Ethics. Taking as a background the commercialization and precariousness of higher education and, consequently, the refutations in the formation and the professional exercise, highlighting the great advance of the social service courses in the modality of distance education, resulting from the productive organization of capital and faithful collaboration neoliberal governments from the 1990s.

Keywords: Supervised internship; Professional qualification; Precariousness of Higher Education.

O Estágio Supervisionado em Serviço Social é parte integrante do processo de formação profissional, de modo que proporciona ao estudante aproximar-se não somente do processo teórico-metodológico como vivenciar experiências que servirão de base para sua futura atuação profissional. A Supervisão de Estágio é atribuição privativa do Assistente Social, e está prevista em nosso Código de Ética. Desta forma, nos colocamos na contribuição de uma formação profissional alinhada com o Projeto ético-político profissional.

¹ Profissional de Serviço Social. Centro de Referência de Assistência Social. E-mail: <alyson_pjm@hotmail.com>.

² Profissional de Serviço Social. Centro de Referência de Assistência Social. E-mail: <alyson_pjm@hotmail.com>.

Diante desta temática, este trabalho busca socializar as experiências da Supervisão Direta em Serviço Social, como também relatar os principais desafios encontrados na supervisão de estudantes da modalidade Ead, vivenciadas no Centro de Referência de Assistência Social, no município de Itaporanga, enquanto Assistentes Sociais daquela instituição, baseado em relato de experiência profissional e estudos bibliográficos e documentais.

O processo de supervisão de estágio tem sido afetado principalmente nas últimas décadas pela grande mercantilização e precarização do ensino superior, conseqüentemente vivenciamos os rebatimentos na formação e no exercício profissional, principalmente, no que diz respeito à qualidade dos serviços prestados aos usuários, nas diversas políticas públicas. Tendo como pano de fundo o cenário em voga, onde

[...] os anos 1990 marcaram o início de uma forte tendência à privatização da educação que se estende aos dias atuais. É parte de um momento histórico em que “[...] o capital intensifica a busca por estratégias de enfrentamento à crise que atravessa, no sentido de elevação de suas taxas de produtividade, transformando todas as esferas da vida social em áreas potencialmente lucrativas” (LIMA, 2013, p. 01 *apud* CHAGAS, 2016, p.45).

Diante dessa conjuntura, a Educação também foi transformada em mercadoria, com vistas a ser um mercado lucrativo, consequência da ampliação das vagas em diversas instituições privadas de ensino superior, onde ocorre uma formação rasa, pragmática, operacional, sem criticidade. Essa ausência de vagas nas universidades públicas, com ensino gratuito, crítico e de qualidade interfere seriamente na formação desses novos profissionais, o que respinga e impacta o trabalho qualificado e a boa prestação de serviços dos Assistentes Sociais. Nesse mesmo cenário, cabe destacar o grande avanço dos cursos de serviço social na modalidade de ensino a distância, decorrente da organização produtiva do capital, no mesmo passo em que ocorre um intenso sucateamento da educação pública, principalmente a partir dos governos neoliberais atuantes a partir da década de 1990. Esta agenda de transformações adotadas pelos governos brasileiros segue as exigências do grande capital, que necessita de força de trabalho, e utilizam a imagem de “política inclusiva”, conforme destaca Chagas (2016, p.46), cabe salientar que todo este processo de transformação do política educacional tem sido dirigido pelos organismos internacionais, a saber, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Segundo o CFESS esse sucateamento

“[...] é resultado do grande desfinanciamento público da educação superior por parte dos governos federal, estadual e municipal. (...) se amplia a participação das empresas privadas de educação na formação presencial e à distancia, com a marca típica do mercado: a educação como mercadoria. (...) essa ampliação foi feita por meio de desoneração fiscal, financiamento estudantil público e privado e incentivo direto a privatização do ensino [...]” (2019, p. 10).

Esse processo de precarização da educação superior demonstra o objetivo do mercado, em responsabilizar o indivíduo por sua educação, desresponsabilizando assim o Estado, que se utiliza dessa bandeira da democratização do ensino superior para privilegiar o sucateamento e a privatização das universidades públicas, incentivando a criação de instituições privadas e a expansão da modalidade Ead. O que vivenciamos na prática é a falta de investimento nas Universidades Federais, enquanto que, na contramão, temos dinheiro de sobra para bolsas nas IES privadas, das quais muitas não possuem compromisso com o tripé ensino, pesquisa e extensão, e nem possuem nenhuma preocupação com a qualidade do ensino, seu único objetivo é ofertar a educação com uma mercadoria lucrativa.

Aos analisarmos todas essas indicações, podemos entender o real objetivo de todo esse processo de precarização da educação superior, não existe uma preocupação em incluir a classe trabalhadora no acesso a Universidade, pelo contrário, ocorre uma segregação, onde

“para camadas empobrecidas da população, o EAD ou cursos privados presenciais mais baratos e, para as elites e camadas médias altas, uma educação nas universidades públicas federais ou estaduais ou nas instituições privadas de alto prestígio social, como as católicas” (PEREIRA, 2012, p. 43)

Acontece que a privatização da educação superior, de acordo com Chagas (2016, p.45) “[...] acompanhou um rebaixamento da qualidade (...) de ensino. Ampliou-se a abertura do mercado para criação de instituições de ensino não universitárias, que não oferecem pesquisa e extensão, mas (...) cursos de curta duração e/ou a distância”. Dentro desses cursos é evidente a simplificação e banalização dos conteúdos primordiais e basilares da formação profissional. Por a Ead ser uma modalidade de ensino que atrai por seu baixo custo, foi notável a sua expansão, num curto espaço de tempo, e com isso vem o questionamento de que existe de fato qualidade no ensino a distância? Onde é possível identificar a ausência de uma formação privilegiada com um

acompanhamento pedagógico, participação na vida acadêmica e em movimentos sociais, somam-se a todas essas ausências as inúmeras irregularidades que exigem ações diretas dos Conselhos para coibir este tipo de oferta, e que acabam muitas das vezes omitindo documentos, dificultando a atuação dos Conselhos.

Atualmente o estágio se constitui um grande desafio tanto para docentes e supervisores estágio, como também para os estagiários, faz-se necessário uma ampla reflexão da categoria acerca das condições de trabalho nas quais se inserem os Assistentes Sociais em seus diversos espaços sócio ocupacionais, para com esta construção coletiva, buscar estratégias que viabilizem um estágio e um processo de supervisão conforme diretrizes curriculares (DCs) (ABEPSS, 1996/2000), PNE (ABEPSS, 2010), e Resolução n.533 (CFESS,2008), além da Lei Geral de Estágio n.11788/2008, capazes de suprir as necessidades da formação profissional destes futuros profissionais.

De acordo com o CFESS

“[...] a supervisão direta implica no acompanhamento direto, constante e sistemático de discente e estagiário/a, por parte de assistente social regularmente inscrito/a no Conselho Regional, e que tenha vínculo formalizado com instituição concedente, que oferta o estágio e, que por consequência, a supervisão (...) se caracteriza como atividade de treinamento e aprendizagem para o/a estagiário/a, na qual o a/o assistente social contribui diretamente na formulação de conhecimento teórico e prático dos/as estudantes” (2018, p.9).

Uma das maiores dificuldades encontradas no campo de estágio, é ausência da comunicação efetiva e ativa entre supervisor de campo e supervisores acadêmicos, que muitas vezes, acabam por apenas enviar seus alunos aos campos de estágio, sem sua intervenção. Essa ausência do acompanhamento por parte do supervisor acadêmico junto ao supervisor de campo prejudica o processo formativo e sobrecarrega os profissionais no seu campo. Dentro desse processo de supervisão de campo, é necessária toda uma articulação do profissional para atender as deficiências dos estudantes oriundos do ensino a distancia no sentido da formação teórico-metodológica, a qual muitas vezes faz com que o estudante apresente lacunas e desconhecimento de temas essenciais na formação, o que requer também do profissional uma busca constante de atualização e de capacitação profissional para suprir esta necessidade.

No que diz respeito às lacunas dos estudantes oriundos da modalidade Ead, cabe destacar que é reflexo do rebaixamento da formação em Serviço Social, e a modalidade de ensino a distancia que foi amplamente fomentada é responsável pela

formação de uma grande parcela de profissionais. Essa formação com vazies “representa uma contradição ao Projeto Ético-Político do Serviço Social e à cultura intelectual da profissão. Na mediada em que não é garantida uma formação crítica (...) que remete ao conservadorismo” (CHAGAS, 2016, p. 45). Por tanto, esses novos profissionais entram no mercado de trabalho sem uma identidade profissional crítica, um profissional desqualificado para compreender e desvendar os processos sociais e conseqüentemente, as múltiplas expressões da “questão social”.

A vivência do estágio como citado anteriormente, é um momento amplo que envolve tanto o profissional quanto o estudante, porém, cabe registrar que a partir do momento que o estudante é oriundo da modalidade Ead, é notada a grande deficiência relativa a formação teórica. Destarte

“A ineficiência desta modalidade de ensino toma maiores proporções na formação em Serviço Social, pois, diferente de uma formação técnica, esta prescinde de uma série de elementos densamente reflexivos que trazem consigo uma enorme complexidade, o que revela uma importância ainda maior da construção do conhecimento coletivo e de diversas experiências que o ensino a distância, por sua natureza, não é capaz de oferecer” (CHAGAS, 2016, p.50)

A imagem ideal da profissão é baseada a partir dos instrumentos normativos que materializam o Projeto Ético Político do Serviço Social - Diretrizes Curriculares da ABEPSS, Código de Ética Profissional e Lei de Regulamentação da Profissão (8.662/1993) -, tais instrumentos traçam o perfil profissional, o qual requer um profissional crítico e reflexivo, alinhando com a classe trabalhadora na luta por direitos, capaz de conhecer as múltiplas expressões da realidade social, atuando assim em consonância com o projeto profissional posto. Na conjuntura atual, este perfil profissional encontra-se ameaçado, e como já vem sendo tratado neste trabalho, o processo de precarização e rebaixamento da qualidade do ensino superior, é o grande responsável por fragilizar o processo formativo. Atualmente a maior parte dos estudantes formados é oriunda do ensino a distância, o que implica numa reconfiguração do perfil profissional, profissional este que será mero reproduzidor das necessidades do capital - que traz ocultos diversos interesses.

Podemos expor que tal temática é ampla, envolvendo uma série de debates que extrapolam os limites deste trabalho, bem sabemos, que para entender e compreender melhor cada desafio que se apresenta se faz necessárias uma constante pesquisa e sistematização destas experiências, nas quais os profissionais inseridos nos diversos espaços sócio ocupacionais se deparam diariamente, desta forma, a capacitação

continuada, proporcionada pelas entidades representativas da categoria, que trabalham incansavelmente na luta por uma formação profissional de qualidade, é uma alternativa segura para o enfiletamento, obviamente é muito pouco, diante da gravidade e grandiosidade do problema.

A categoria precisa estar alinhada neste processo de lutas encabeçadas pelos órgãos responsáveis pela fiscalização e formação profissional, como meio de enfiletamento dessa formação precarizada, que busca o retorno do conservadorismo profissional, algo que a maioria da categoria, rompeu na década de 1980, quando do movimento de reconceituação do Serviço Social. Dessa forma se colocam diversos com desafios conjunturais, que devem ser adotados como desafios à profissão, pois implicam diretamente na nossa prática, sendo deste modo, enquanto categoria deve-se alinhar o passo para um constante fortalecimento do Projeto Ético Político do Serviço Social como meio de enfiletamento aos desafios que são postos nesta conjuntura, barrando assim entre outros perigos, a reatualização do conservadorismo no Serviço Social e suas novas roupagens.

REFERÊNCIAS

ABEPSS-ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS**, maio 2010. Disponível em: http://www.abepss.org.br/briefing/documentos/Lei_de_Diretrizes_Curriculares_1996.pdf Acesso em: 05 de maio de 2019 às 18h.

CFESS. **Cartilha Estágio Supervisionado: Meia formação não garante um direito**. Conselho Federal de Serviço Social. Gestão Tempo de Luta de Resistência (2011-2014). Brasília – DF, 2014.

_____. Supervisão de estágio em Serviço Social é atribuição de assistente social. **Serviço Social é notícia**. Informativo do Conjunto CFESS-CRESS. Ano 4, ed. 4, maio, 2018.

_____. Para formar assistente social qualificado/a, é preciso educação como um direito e sem censura. **Serviço Social é notícia**. Informativo do Conjunto CFESS-CRESS. Ano 5, ed. 5, maio, 2019.

CAPUTI, Lesliane. **Supervisão de estágio em Serviço Social: significâncias e significados**. Revista Katál., Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 389-394, out./dez. 2016.

CHAGAS, Bárbara da Rocha Figueiredo. Ensino a Distância e Serviço Social: desqualificação profissional e ameaças contemporâneas. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 15, n. 1, p. 43-58, jan-jul. 2016.

PEREIRA, Larissa Dahmer. Expansão dos cursos de serviço social na modalidade EAD: direito à educação ou discriminação educacioanal? **Revista Ser Social**, Brasília: UNB, v. 14, n. 30, p.30-49, jan-jun. 2012.

RIBEIRO, EleusaBilemjian; BEZZERA, Geovanni. **O PROCESSO DE FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL A DISTÂNCIA: uma realidade em expansão.** Congresso Catarinense de Assistentes Sociais, Florianópolis-SC, 2013. Disponível em: <http://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2014/03/O-processo-de-forma%C3%A7%C3%A3o-em-Servi%C3%A7o-Social-%C3%A0-dist%C3%A2ncia2.pdf> . Acesso em: 05 de maio de 2019 às 18h.